

## Escola de App: Enfrentando a Violência Online Contra Meninas<sup>1</sup>

Luísa Martins Barroso Montenegro<sup>2</sup>

Natália Oliveira Teles da Silva<sup>3</sup>

Universidade de Brasília, Brasília, DF

### RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa e extensão “Escola de App”, coordenado pela professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Dra. Janara Sousa, e financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP/DF e pela Secretaria da Mulher, do Ministério dos Direitos Humanos. O projeto, uma pesquisa-ação (TANAJURA; BEZERRA, 2015), tem por objetivo compreender a violência online de gênero contra meninas de Ensino Médio, apontando características, tipologias, recorrências e consequências. Em seu braço intervencionista, o projeto atuou diretamente em escolas públicas de Ensino Médio, para sensibilizar as meninas sobre o tema e ensiná-las noções básicas de programação de aplicativos. O projeto esteve em 13 escolas públicas de Ensino Médio, no Distrito Federal, Rio de Janeiro e Amapá. Até julho de 2019, o projeto realizou as seguintes ações: dez grupos focais com meninas, a fim de mapear como vivenciam a violência online de gênero; quatro palestras para adolescentes de Ensino Médio; quatro palestras para o quadro de escolas públicas; oito entrevistas com diretoras, diretores e pessoas em cargos de coordenação pedagógica; quatro artigos publicados com revisão de literatura sobre o tema; um livro publicado; um observatório de mídia; e um observatório de boas práticas internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola de App; Violência Online de Gênero; Meninas; Pesquisa-ação; Pesquisa e Extensão.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação XIX, Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, e-mail: [luisambmontenegro@gmail.com](mailto:luisambmontenegro@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, e-mail: [nataliaots@gmail.com](mailto:nataliaots@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa e extensão “Escola de App: Enfrentando a Violência Online Contra Meninas”. O projeto é coordenado pela professora-adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Dra. Janara Sousa. Participam do projeto, ainda, a professora-adjunta da Faculdade de Comunicação, Dra. Elen Geraldês Sousa; o doutorando e professor da Universidade Católica de Brasília, Gerson Scheidweiler; e as autoras do artigo, além de diversas alunas e alunos de graduação da Universidade de Brasília – UnB.

O projeto “Escola de App” propõe-se a mapear a violência online de gênero contra meninas, apontando suas dinâmicas e características; e realizar debates acerca de gênero e violência de gênero com meninas de Ensino Médio de escolas públicas, além de ensiná-las a programar aplicativos para dispositivos móveis.

No primeiro ano do projeto de pesquisa e extensão, 2017, realizou-se uma pesquisa exploratória do campo da violência online de gênero. Como a temática é nova, ainda não havia nenhuma pesquisa sobre a situação de vulnerabilidade das meninas brasileiras na Internet. Foram realizados observatórios de mídia, para mapear os casos de violência; foi levantada a legislação sobre o tema; e foram mapeadas boas práticas em outros países.

Em 2018, o projeto passou a entrar nas escolas para aplicar o workshop “Escola de App”, realizar os grupos focais e as entrevistas. No total, no Distrito Federal, o projeto “Escola de App” esteve em cinco escolas: duas no Plano Piloto, uma no Recanto das Emas, uma no Gama e uma no Paranoá. No Rio de Janeiro, o projeto trabalhou com três escolas, em Macaé, e uma escola, em Rio das Ostras. No Amapá, o “Escola de App” realizou palestras e grupo focal em uma escola pública na capital do estado, Macapá.

Embora seja um espaço de inúmeras possibilidades, a Internet também demonstra ser um espaço de ameaça para mulheres e meninas, no qual são reproduzidas relações de poder, estratégias de controle e lógicas do sistema patriarcal, racista e classista, dentre outros (SOUSA; SCHEIDWEILER; VALENTE, *et al*, 2016; WEST, 2014; PLOU, 2013).

Certamente, as minorias sociais são as parcelas da população mais vulneráveis, dentro e fora da Internet (SOUSA; SCHEIDWEILER; MONTENEGRO, 2017). Porém, os números demonstram que, no Brasil, é a mulher quem mais sofre no ambiente digital. Segundo dados da ONG Safernet, em 2016 houve mais de 600 denúncias de vazamento de imagens íntimas sem consentimento e *cyberbullying* – a maior parte das denúncias realizada por mulheres e meninas. Já o relatório “Violência, suicídio e crimes contra a honra de mulheres na Internet” (2017), da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, analisou casos repercutidos na mídia e revelou que, entre 2015 e 2017, houve 500 casos de vazamento de imagens íntimas sem consentimento, mais de mil denúncias de calúnia e difamação na rede e 127 suicídios motivados por exposição na Internet – e, novamente, meninas e mulheres são a maioria esmagadora das vítimas.

A violência online de gênero compreende a violência simbólica e sistêmica sofrida na Internet por mulheres e meninas, em decorrência de seu gênero (SOUSA; SCHEIDWEILER; MONTENEGRO, 2017; VALENTE, *et al*, 2016; WEST, 2014; PLOU, 2013). Tal violência recupera, repete e prolifera as relações de poder presentes na sociedade patriarcal, e visa submeter, subjugar, condicionar e dominar os corpos, vontades e sexualidades das mulheres e meninas – na Internet e fora dela. O projeto “Dominamos a tecnologia para erradicar a violência contra as mulheres”, coordenado por Dafne Plou (2013), mapeou, entre 2009 e 2011, a violência online de gênero em 12 países da Ásia, África e América Latina, concluindo que a violência online de gênero é a mesma nos três continentes. De acordo com a autora:

Os dados levantados permitiram determinar que existe um mesmo padrão de violência contra as mulheres utilizando a tecnologia que se repete em todos os países, com algumas variantes no tipo de tecnologia que se utiliza, porém, com o mesmo fim: disciplinar e manter sob controle a autonomia e a liberdade das mulheres (PLOU, 2013, p. 128).

As modalidades da violência online de gênero incluem – mas não se restringem a – *cyberbullying*, compartilhamento não consentido de imagens íntimas, estupro virtual, *stalking*, controle por meio de mensagens ou ligações, invasão de privacidade e discurso de ódio (SOUSA; SCHEIDWEILER; MONTENEGRO, 2017; VALENTE, *et al*, 2016; WEST, 2014; PLOU, 2013). É interessante ressaltar que, embora esta modalidade de

violência possa parecer mais “inofensiva” do que as cometidas contra mulheres nos ambientes não-virtuais, a violência online de gênero demonstra-se perniciosa devido ao grande alcance que a rede proporciona, ao anonimato dos agressores e à dificuldade de rastreamento e de retirada de conteúdo. As consequências sociais incluem escárnio público, o que leva mulheres e meninas a serem demitidas, mudarem de escola, de endereço e até mesmo de cidade. No âmbito da saúde mental da vítima, a violência online de gênero pode levar a graves quadros de depressão, causando isolamento, automutilação e até mesmo suicídio (SOUSA; SCHEIDWEILER; MONTENEGRO, 2017; VALENTE, *et al*, 2016; WEST, 2014; PLOU, 2013).

As meninas encontram-se em situação ainda maior de vulnerabilidade, uma vez que necessitam de uma pessoa adulta para tomar providências legais e muitas vezes não possuem apoio em casa, sendo recorrentemente culpadas e punidas pela violência da qual foram vítimas (SOUSA; SCHEIDWEILER; MONTENEGRO, 2017; VALENTE *et al*, 2016). Outro agravante é o fato de que as pessoas que cometem as agressões geralmente também são menores de idade, o que leva os juizados a tratarem os casos de violência online contra meninas como uma questão menor, uma espécie de “brincadeira” entre adolescentes (VALENTE *et al*, 2016).

Na legislação brasileira, a maior parte dos casos de violência na Internet contra mulheres e meninas são tratados em analogia com dispositivos legais já existentes. Ocorre que as respostas institucionais muitas vezes não acompanham o ritmo frenético das tecnologias da informação – TICs –, com novas formas de violência aflorando a cada nova possibilidade tecnológica.

O projeto “Escola de App” se insere neste contexto para propor alternativas de construção coletiva de contextos de enfrentamento à violência online de gênero em escolas públicas brasileiras. Nos próximos tópicos, serão apresentados os procedimentos metodológicos e os principais resultados do projeto, até julho de 2019.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto “Escola de App” se insere na proposta da pesquisa-ação (TANAJURA; BEZERRA, 2015). De acordo com Tanajura e Bezerra (2015), a pesquisa-ação engloba um conjunto de procedimentos metodológicos que propõem ações planejadas para a

transformação de realidades. Possui dois objetivos: mudança na realidade investigada e produção científica de conhecimento (TANAJURA; BEZERRA, 2015).

O aparato metodológico proposto para alcançar os objetivos da pesquisa-ação compõe-se de várias etapas que se complementam para melhor triangular o objeto. Importante frisar que não foram, necessariamente, movimentos distintos e sequenciais, mas partes do mesmo processo complexo, ocorrendo de forma simultânea e sendo retomados durante a pesquisa.

#### **ETAPA 1 - Revisão de Bibliografia e análise documental**

O projeto realizou revisão da bibliografia pertinente à temática da violência online de gênero. Foram selecionados textos nas áreas de gênero, violência contra a mulher e internet, em uma perspectiva multidisciplinar e observando, em especial, suas imbricações. Também foi realizada uma análise documental da legislação em vigor no país relacionada à violência de gênero. De acordo com Moreira (2012), a análise documental, muito mais do que uma avaliação dos textos, permite uma contextualização do objeto na realidade em que está inserido.

#### **ETAPA 2 - Observatório da Mídia Brasileira Sobre Violência Online de Gênero**

A etapa seguinte foi o observatório de mídia brasileira. De acordo com Rebouças e Cunha (2010), um observatório é um mecanismo de controle público voltado a acompanhar e divulgar informações sobre um determinado aspecto ou fenômeno social. Os observatórios são espaços de cidadania, podendo contribuir para o maior acesso do público a informações estratégicas e auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas (REBOUÇAS; CUNHA, 2010).

#### **ETAPA 3 - Observatório Internacional de Políticas Públicas para o Enfrentamento da Violência Online de Gênero**

A terceira etapa proposta é o Observatório Internacional de Políticas Públicas para o Enfrentamento da Violência Online de Gênero. Seguindo o modelo de observatório (REBOUÇAS; CUNHA, 2010), foram reunidas a legislação e as políticas públicas de outros países para enfrentamento da violência online de gênero. O observatório, nesse caso, se faz indispensável, uma vez que a temática de violência online de gênero é

relativamente recente e a maioria dos países ainda consolida suas legislações no tocante à internet.

#### **ETAPA 4 - Entrevistas em Profundidade**

Foram realizadas entrevistas em profundidade com pessoas em cargos de coordenação e gestão nas escolas públicas participantes do projeto, para compreender qual o posicionamento, bem como as ações, que essas instituições tomam em caso de denúncia de violência online.

#### **ETAPA 5 - Grupos Focais**

Foram realizados grupos focais com meninas de Ensino Médio das escolas participantes do projeto. O grupo focal (GF) é “um tipo de pesquisa qualitativa que tem como objetivo perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular” (COSTA, *in* DUARTE e BRANDÃO, 2010). O GF constitui-se em um grupo de debate informal, moderado por uma pessoa que conduz a discussão, mas deixa, principalmente, o assunto se desenvolver entre os participantes (COSTA, *in* DUARTE e BRANDÃO, 2010). Originalmente utilizados em pesquisas mercadológicas, os grupos focais emergiram, a partir dos anos 1980, como técnicas de pesquisa em Ciências Sociais, por proporcionarem, aos entrevistados, liberdade, permitindo a troca de impressões entre o grupo; e, ao moderador e observadores, análise em profundidade e qualitativa (COSTA, *in* DUARTE e BRANDÃO, 2010).

#### **ETAPA 6 – Workshop “Escola de App”**

Na sexta etapa, a ação encontrou a produção científica. A sexta etapa corresponde à realização do workshop “Escola de App”. A primeira fase da Escola de App consistiu de palestras de sensibilização com relação ao tema do gênero e da violência. Na segunda fase, destinada a um grupo de até vinte meninas por escola, o grupo é ensinado a programar aplicativos para celulares e *tablets*.

### **3. RESULTADOS**

Até julho de 2019, o projeto “Escola de App” realizou o workshop para treze escolas públicas de Ensino Médio do Distrito Federal, Rio de Janeiro e Amapá. Foram

realizadas quatro palestras para estudantes de Ensino Médio e quatro palestras para professoras, professores e quadro de pessoal das escolas. Estima-se que o projeto tenha atingido diretamente mil pessoas nas comunidades escolares visitadas – e, indiretamente, quatro mil pessoas das comunidades escolares.

Além dos resultados que serão explanados com maior detalhamento abaixo, o projeto também lançou um site<sup>4</sup>, contendo informações acerca da violência online de gênero e disponibilizando o material dos workshops para *download*. As participantes do projeto apresentaram resultados em congressos, palestras e audiências públicas na Câmara dos Deputados. Também foram publicados cinco artigos, em dois idiomas, em revistas científicas e anais de reconhecimento nacional e internacional, além de um livro impresso e online.

Por motivos de limitação de espaço, neste artigo o foco será nas etapas quatro, cinco e seis, isto é, nas entrevistas em profundidade com pessoas em cargo de direção e coordenação das escolas; nos grupos focais com meninas adolescentes; e no workshop “Escola de App”.

### 3.1 Entrevistas em profundidade

No total, foram realizadas oito entrevistas com pessoas em cargos de direção ou coordenação das escolas públicas participantes do projeto, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro.

A técnica utilizada foi a entrevista em profundidade semiestruturada. De acordo com Duarte (2004), a entrevista em profundidade permite mapear as ações e práticas relacionadas à temática, relaciona-se ao contexto do entrevistado e é academicamente relevante.

Os objetivos das entrevistas foram: compreender como as violências online contra as alunas são identificadas e acolhidas pela escola; delimitar as formas de enfrentamento à violência e o suporte dado às vítimas; apontar as orientações da Secretaria de Educação do Distrito Federal referentes à temática.

<sup>4</sup> [www.internetedireitoshumanos.com.br](http://www.internetedireitoshumanos.com.br)

As entrevistas tiveram duração média de 25 minutos e foram conduzidas nas próprias escolas – geralmente, nas salas das pessoas entrevistadas. Com exceção de um diretor, no Rio de Janeiro, todas as pessoas contactadas dispuseram-se a dar a entrevista e estiveram interessadas na temática, uma vez que a violência online de gênero é percebida como um problema novo, crescente e para o qual ainda não se possuem protocolos de enfrentamento.

As informações coletadas indicaram que a violência mais comum a que as meninas são vítimas são *cyberbullying* e o compartilhamento não consentido de imagens íntimas. Em geral, as agressões ocorrem nos grupos de Whatsapp e Facebook das turmas, inicialmente criados para compartilhar informações escolares.

As respostas também indicam que as escolas são as últimas a tomar conhecimento da violência online de gênero sofrida por alunas – com efeito, quando o assunto chega à direção ou coordenação, já existem repercussões na escola, fora do ambiente online, e a vítima está bastante exposta e constrangida. Geralmente, os casos são relatados à escola por amigas da vítima ou por familiares que buscam que a escola lide com o caso.

Com relação às consequências, as entrevistas indicam que podem englobar caimento do rendimento escolar, evasão, isolamento, depressão e automutilação. As entrevistas indicam que não existem protocolos para lidar com casos de violência online de gênero, tampouco indicações da Secretaria de Educação para lidar com a problemática – que, segundo indicam as falas das pessoas em cargos de direção ou coordenação, é cada vez mais recorrente. Em geral, os casos são lidados pontualmente, a depender do tipo de violência. As estratégias utilizadas envolvem suspensões, rodas de conversa para sensibilização e acompanhamento pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE).

### 3.2 Grupos focais

No total, foram realizados oito grupos focais (GF): seis no Distrito Federal, um em Macapá e outro na cidade de Rio das Ostras, no Rio de Janeiro. O objetivo do GF é estimular o debate (CRUZ NETO *et al*, 2002). O GF é uma técnica de pesquisa em que são reunidas quatro a doze pessoas, parte do mesmo público-alvo, com o objetivo de coletar informações, estimulando o diálogo (CRUZ NETO *et al*, 2002). O GF não busca consensos, mas busca estimular que as pessoas investigadas compartilhem seus valores e

visões acerca de determinado tema (CRUZ NETO *et al*, 2002). A pessoa que modera o grupo, realizando as questões, deve opinar o mínimo possível, para que o debate seja conduzido pelas pessoas investigadas, intervindo somente para retomar ou aprofundar um assunto e para propor novas questões (CRUZ NETO *et al*, 2002).

Os objetivos dos GFs foram: delimitar os tipos de violências que as meninas sofrem na Internet; estabelecer as violências mais frequentes; mapear a rede de apoio das meninas para o enfrentamento às violências online de gênero; determinar a efetividade da rede de apoio; e identificar as consequências de tais violências, para as vítimas e para os agressores. Com base nestes objetivos, formulou-se um roteiro-base, composto por duas questões “quebra gelo”; duas sobre o tipo de violência que as meninas sofrem na Internet; duas sobre rede de amparo; e duas sobre consequências para as vítimas e para os agressores.

A duração dos GFs girou em torno de 20 minutos a 1h30. Quando as meninas que compunham o GF já tinham sido expostas à temática, por meio de palestras nas escolas ou por já terem realizado o workshop, os discursos sobre a violências online já estavam mais elaborados, causando mais consensos, o que tornava o momento do GF mais curto. No entanto, uma duração mais curta não comprometeu a qualidade das informações, uma vez que essas meninas aprofundavam o debate, trazendo novos tipos de violências e novas consequências que, antes da exposição à temática, não reconheceriam como provenientes da violência online de gênero.

As participantes de cada GF foram selecionadas pelas escolas. Dentre os métodos que as escolas utilizaram para selecionar as adolescentes, destacam-se: interesse em participar do GF; maior situação de risco e vulnerabilidade; perfis de liderança e multiplicadoras. A participação foi condicionada à assinatura das pessoas responsáveis em um termo de consentimento livre e esclarecido.

A partir dos debates gerados, observou-se que o tipo de violência online mais recorrente é o *cyberbullying*, com casos de montagens, memes e agressões verbais em grupos ou nos perfis pessoais da vítima. O segundo tipo de violência mais comum é o compartilhamento de imagens íntimas sem consentimento, geralmente perpetrado por uma pessoa com quem a menina possui ou possuía relação afetiva. Com relação à rede de apoio, as amigas são as maiores fontes de consolo e suporte. Tanto a escola, quanto a

família aparecem como hostis e sujeitas a revitimização, isto é, exporem, constrangerem e punirem novamente as adolescentes. As consequências para as vítimas são: abandono da vida social e mudança de escola; depressão; automutilação e suicídio. Acerca das consequências para os agressores, as meninas afirmam em unanimidade que estas não existem, relatando casos de impunidade e naturalização da violência.

### 3.3 Workshop “Escola de App”

Foram realizados, no total, cinco workshops no Distrito Federal e três em Macaé, no Rio de Janeiro, e um em Rio das Ostras, no Rio de Janeiro. Os workshops tiveram duração de 20h e foram realizados nos turnos contrários às aulas. Os objetivos dos workshops foram: possibilitar que as estudantes reconheçam as violências online às quais estão sujeitas, tanto no papel de vítimas, quanto de agressoras; demonstrar às participantes que a Internet pode ter espaços construídos pelas próprias usuárias; despertar o interesse das meninas para as áreas tecnológicas; e estimular a criação de produtos que contribuam para a construção de redes de apoio entre meninas e mulheres.

O workshop é dividido em dois momentos. No primeiro momento, teórico, é debatido o conceito de gênero e minorias; são apresentados alguns números relacionados à violência contra mulheres no Brasil, frisando aspectos interseccionais, como raça, classe social e orientação sexual; debate-se o conceito de violência online de gênero, os tipos, características e consequências; apresentam-se dicas de segurança para que possam navegar mais seguras na rede; propõe-se uma noção de sororidade baseada não no amor e aceitação irrestrita a outras mulheres, mas no pertencimento e na ação política; são sugeridas ações para que as meninas tornem a Internet mais segura para outras mulheres e meninas; e discute-se os motivos porque como, historicamente, mulheres não colocam as carreiras tecnológicas como escolha plausível para suas vidas profissionais.

No segundo momento, prático, as participantes do workshop idealizam aplicativos e fazem o desenho das telas, para, então, aprenderem a programar. A plataforma utilizada para construção dos aplicativos é a *App Inventor*, desenvolvida por alunas da *Massachusetts Institute of Technology* – MIT. O objetivo deste momento não é torná-las proficientes em programação – o que, até mesmo pelo tempo em cada escola, seria impossível. A meta é torná-las agentes em um ambiente em que, via de regra, são vítimas:

a Internet. Empoderá-las tecnologicamente para que possam compartilhar as experiências que viveram durante o workshop.

A partir da experiência em campo com as meninas, é possível observar algumas mudanças em suas atitudes e posicionamentos com relação às violências; reconhecimento de suas posições no mundo enquanto “mulher” e em suas diferentes interseções, como “negra” ou “lésbica”; e pertencimento coletivo. Ao serem expostas à discussão de gênero, violência de gênero e violência online de gênero, as meninas se empoderaram e se reconhecem enquanto parte de um grupo social que sofre tipos específicos de opressões, mas que podem, coletivamente, buscar ações para mudar esta realidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Escola de App: Enfrentando a Violência Online Contra Meninas” é um projeto de pesquisa e extensão que se enquadra na categoria metodológica de pesquisa-ação (TANAJURA; BEZERRA, 2015), isto é, alia o esforço acadêmico à ação política para mudança de realidades. O objetivo do projeto é mapear a violência online de gênero contra meninas, apontando dinâmicas e características; realizar debates acerca de gênero e violência de gênero com meninas de Ensino Médio de escolas públicas e ensiná-las a programar aplicativos para dispositivos móveis. É coordenado pela professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Dra. Janara Sousa. Possui, ainda, participação da professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Dra. Elen Gerales, do doutorando e professor da Universidade Católica de Brasília, Gerson Scheidweiler, e das autoras do artigo, além de diversas alunas e alunos de graduação da Universidade de Brasília.

A violência online de gênero é a violência simbólica e sistêmica sofrida na Internet por mulheres e meninas, em decorrência de seu gênero (SOUSA; SCHEIDWEILER; MONTENEGRO, 2017; VALENTE, *et al*, 2016; WEST, 2014; PLOU, 2013). Recupera, repete e prolifera as relações de poder presentes na sociedade patriarcal, e visa submeter, subjugar, condicionar e dominar os corpos, vontades e sexualidades das mulheres e meninas. Seus tipos incluem – mas não se restringem – ao *cyberbullying*, compartilhamento não consentido de imagens íntimas, estupro virtual, *stalking*, controle por meio de mensagens ou ligações, invasão de privacidade e discurso de ódio (SOUSA;

SCHEIDWEILER; MONTENEGRO, 2017; VALENTE, *et al*, 2016; WEST, 2014; PLOU, 2013).

O projeto “Escola de App” teve início em 2017 e, até julho de 2019, realizou o workshop para treze escolas públicas de Ensino Médio do Distrito Federal, Rio de Janeiro e Amapá. Foram realizadas quatro palestras para estudantes de Ensino Médio e quatro palestras para professoras, professores e quadro de pessoal das escolas. Estima-se que o projeto tenha atingido diretamente mil pessoas nas comunidades escolares visitadas – e, indiretamente, quatro mil pessoas das comunidades escolares.

O projeto também lançou um site<sup>5</sup>, contendo informações acerca da violência online de gênero e disponibilizando o material dos workshops para *download*. As participantes do projeto apresentaram resultados em congressos, palestras e audiências públicas na Câmara dos Deputados. Também foram publicados cinco artigos, em dois idiomas, em revistas científicas e anais de reconhecimento nacional e internacional, além de um livro impresso e online.

O desenho metodológico do projeto possui seis etapas: 1) Revisão de Bibliografia e análise documental; 2) Observatório da Mídia Brasileira Sobre Violência Online de Gênero; 3) Observatório Internacional de Políticas Públicas para o Enfrentamento da Violência Online de Gênero; 4) Entrevistas em Profundidade; 5) Grupos Focais; e 6) Workshop “Escola de App”. Neste artigo, o foco foi nos resultados das três últimas etapas – entrevistas, GF e workshop.

As entrevistas em profundidade com pessoas em cargo de direção e coordenação das escolas demonstrou que a violência online de gênero é um problema cada vez mais recorrente nos ambientes escolares, enxergado como novo e com o qual as escolas não se sentem preparadas para lidar. Não existem protocolos – das escolas e tampouco da Secretaria de Educação – para se lidar com casos de violência online de gênero, e os casos são tratados pontualmente, conforme se apresentam. Além disso, na maioria dos casos, as escolas só têm conhecimento da violência quando ela já extrapolou o ambiente online e já causa conflitos no próprio ambiente escolar.

<sup>5</sup> [www.internetedireitoshumanos.com.br](http://www.internetedireitoshumanos.com.br)

Já os grupos focais com meninas de Ensino Médio corroboram que a violência online de gênero é cada vez mais recorrente e que o *cyberbullying*, seguido do vazamento não consentido de imagens, são as violências mais comuns. As adolescentes afirmam não possuir apoio na escola ou na família, sendo frequentemente revitimizadas pelas violências. As consequências para as vítimas, apontadas pelas adolescentes, são afastamento da escola, isolamento, depressão, automutilação e, nos casos mais graves, suicídio. Para os agressores, as meninas afirmam não existirem consequências.

Por fim, apresentou-se os resultados do workshop “Escola de App”, que é dividido em dois momentos. No primeiro momento, teórico, as meninas são levadas a debater gênero, violência de gênero, e são apresentadas a formas de estarem mais seguras na Rede, e também de fazerem a Internet um ambiente mais seguro para meninas e mulheres. No segundo momento, prático, as meninas são ensinadas a programar aplicativos, utilizando a plataforma online *App Inventor*. A experiência em campo com as meninas demonstra que a exposição a temáticas relacionadas à violência de gênero e violência online de gênero cria nas meninas um senso de comunidade entre elas, que se reconhecem enquanto mulheres e em suas outras identidades transversais, como negras ou lésbicas, o que gera empoderamento e mudança de atitudes.

## REFERÊNCIAS

ASCHIDAMAINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. **Grupo Focal – estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico**. Revista Cogitare Enfermagem, v. 9, n. 1, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Violência, suicídio e crimes contra a honra de mulheres na internet**. Disponível em:  
<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violenciade-genero-na-internet/>

COSTA, Maria Eugênia Belczak. *Grupo Focal*. In DUARTE e BARROS, **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

CRUZ NETO Otavio; Moreira, Marcelo Rasga; Sucena, Luiz Fernando Mazzei. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. Encontro da Associação Brasileira De Estudos Populacionais, 8, 2002, Ouro Preto. Anais. Ouro Preto, 2002.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em revista, v. 20, n. 24, p. 213-225, 2004.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2ª edição, 2012, p. 259 – 269.

PLOU, DAFNE. Novos cenários, velhas práticas de dominação: a violência contra as mulheres na era digital. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino: teorias e prática**. Buenos Aires: La Cruja Ediciones, 2013, p. 121 – 136.

REBOUÇAS, José Edgard; CUNHA, Patrícia dos Santos da. **Relatório: Análise dos Observatórios de Mídia Brasileiros como Instrumentos do Controle Público**. Universidade Federal de Pernambuco: Observatório da Mídia Regional - direitos humanos, políticas e sistemas. Disponível em:  
<https://www.ufpe.br/observatorio/relatorio.pdf>. Último acesso: 21/04/2017, às 17h59.

SAFERNET. **Indicadores**. Disponível em:  
<http://indicadores.safernet.org.br/indicadores.html>

SOUSA, Janara; SCHEIDWIELER, Gerson; MONTENEGRO, Luísa. **O ambiente regulatório brasileiro de enfrentamento à violência de gênero**. Anais do XV Congresso IBERCOM, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017.

TANAJURA, Laudelino Luiz; BEZERRA, Alda Augusta Celestino. **Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas**. Rev. Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 07, n. 13, p.10-23, jan.-jun. 2015.

VALENTE, Mariana Giorgetti; NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; BULGARELLI, Lucas. **O Corpo é o Código: estratégias jurídicas de enfrentamento ao revenge porn no Brasil**. InternetLab: São Paulo, 2016.